



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2020

Abril 2021



SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
1. MENSAGEM DA MESA ADMINISTRATIVA	3
2. BREVE APRESENTAÇÃO	4
2.1. – <i>Identificação</i>	4
2.2. – <i>Caracterização sumária</i>	4
2.2. – <i>Visão e Missão da Santa Casa da Misericórdia de Espinho</i>	6
3. ORGÃOS ESTATUTÁRIOS	8
4. ACTIVIDADE DO ANO 2020	9
5. DONATIVOS	20
6. APLICAÇÃO DE RESULTADOS	20
7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	21
1- Balanço.....	21
2- Demonstração de Resultados Líquidos	22
3- Demonstração Fluxos de Caixa	23
4- Demonstração Resultados por Valência	24
8. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2020.....	25



1. MENSAGEM DA MESA ADMINISTRATIVA

Para os devidos efeitos legais e estatutários, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Espinho elaborou o presente Relatório de Atividades e Contas relativo ao Ano de 2020, primeiro ano do mandato da atual Mesa Administrativa.

O ano de 2020, foi um ano cheio de desafios em que toda a instituição foi posta à prova perante um cenário imprevisível, o da Pandemia do COVID-19. Esta impactou em todas as nossas áreas de atuação, com efeitos negativos na rotina dos nossos serviços, na vida social de todos com os quais interagimos (utentes, familiares e colaboradores) e recursos disponíveis.

O principal foco da nossa atuação, foi a de garantir a prestação de serviços de forma segura e tranquila nas diversas respostas sociais, aos utentes residentes e dispersos pela comunidade, garantindo igualmente as melhores condições de trabalho para os nossos trabalhadores, respeitando as orientações das autoridades de saúde.

Neste âmbito, foram elaborados e implementados vários Planos de Contingência, desenvolvidas diversas ações de formação e informação a utentes e trabalhadores sobre comportamentos a adotar, sobre a utilização dos equipamentos de proteção individual e de higienização dos espaços, com vista à mitigação da pandemia.

Para além do grande sacrifício e dedicação da nossa equipa, acresce o esforço financeiro que tivemos de despendar, para assegurar a existência dos recursos necessários para a proteção de todos, com destaque dos EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), numa época que se afigurou de grande especulação e escassez.

Felizmente, podemos dizer que conseguimos ultrapassar com sucesso o primeiro ano da pandemia, passando por duas vagas de COVID 19 no nosso país, sem o registo de um único óbito relacionado com a mesma, quer nos utentes das nossas respostas sociais, quer em colaboradores.

Entendemos que, apesar das circunstâncias e dos desafios que tivemos de enfrentar, o papel da Misericórdia, enquanto entidade social ao serviço das pessoas, saiu prestigiada neste ano de 2020. Uma prova disso, foi o facto desta instituição ter sido escolhida para acolher e formar os trabalhadores das Brigadas de Intervenção Rápida promovida pela Cruz Vermelha.

Em nome dos Membros da Mesa Administrativa, agradecemos aos colaboradores, a determinação, dedicação e afeto que colocam no trabalho, reforçando o relacionamento com aqueles que têm como missão apoiar e proteger. Numa conjuntura particularmente difícil e perigosa que continuamos a viver, podemos afirmar com satisfação que a instituição se tornou mais forte, competente e coesa. Vive-se em todas as valências um clima de confiança e tranquilidade que constituem motivo de orgulho para todos.

Também agradecemos com grande apreço, a confiança depositada pelos Irmãos e por todos aqueles que nos apoiaram com donativos e ofertas e continuam a ajudar a Santa Casa da Misericórdia de Espinho na prossecução do seu nobre fim.

Provedor da Santa Casa da Misericórdia de
Espinho

Dr. Pedro Nelson Gonçalves de Sousa



2. BREVE APRESENTAÇÃO

2.1. – Identificação

Santa Casa de Misericórdia de Espinho, pessoa coletiva de direito canónico, registada na Direção Geral de Solidariedade e Segurança Social, desde 1982-06-04, no Livro n.º 1 das Irmandades das Misericórdias, sob o n.º 31/82, em conformidade com o disposto nos Estatutos das Instituições Particulares de Solidariedade Social, com o número de Identificação Fiscal 500 951 527, e inscrita no Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Aveiro com o número 20006315139, com sede na Rua da Idanha nº 300, freguesia de Anta, Concelho de Espinho.

2.2. – Caracterização sumária

A Santa Casa da Misericórdia de Espinho é vocacionada por excelência para o apoio a pessoas idosas e dependentes, oferecendo desde 1937 um leque de serviços diversificados.

Desde a sua fundação, a sua atividade tem vindo a crescer em prol da comunidade e no seu prestígio, como resultante da qualidade dos serviços que presta.

A Instituição é detentora de um património considerável, fruto de dádivas de muitos benfeitores bem como do contributo de algumas entidades oficiais, que depositam confiança na sua competência em colmatar lacunas sociais, como o comprovam os apoios e protocolos existentes e a que se juntam uma política de rigor e competência em desenvolver projetos com fins complementares, tudo tendo em vista assegurar a sustentabilidade dos serviços que presta à comunidade.

Lar de Idosos

Resposta Social, também designada por Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, com capacidade para acolher permanentemente 110 idosos. Trata-se de uma população caracterizada, na sua maioria, por carências sociais, económicas e/ou exclusão social a que estavam sujeitas antes da sua admissão.

Dado os diferentes graus de dependência física e/ou mental, a unidade encontra-se setorizada para prestar os serviços mais adequados, e de modo mais eficaz, a cada utente, de tal modo que existem quatro tipos de setores, nomeadamente: *grandes dependentes*, que padecem de doenças do foro psiquiátrico (ex.: Alzheimer); *pequenos dependentes*, que necessitam de assistência no domínio da higiene pessoal, na alimentação e transporte; *acamados*, também designados por utentes dos cuidados continuados; e *internato*, considerados autónomos.

A todos os utentes a Instituição assegura serviços clínicos e de enfermagem permanente, bem como lhes é proporcionada atividade de animação sociocultural.

Centro de Dia

Com capacidade para 35 utentes, dos quais 25 estão sob acordo estabelecido com o ISS, que são acolhidos, de segunda a sexta-feira, uma média de 28 utentes, com a finalidade de lhes proporcionar uma alimentação condigna, auxílio na higiene pessoal, cuidados de enfermagem e médicos, o



convívio com terceiros num ambiente mais acolhedor e a participação em atividades de recreio, lúdicas e culturais, de modo a estimular o espírito de viver.

Todas as atividades desenvolvidas nesta Resposta Social contam ainda com a participação dos utentes do Lar de Idosos, com o objetivo de fomentar o convívio e ocupação de toda a população residente.

Serviço de Apoio Domiciliário

Esta Resposta Social apoia mais de 40 idosos na sua residência habitual. Estes utentes, na sua maioria, são acamados e/ou com grandes dificuldades de locomoção e que, na sua maioria, não têm ninguém – familiar ou amigo – capaz para lhes dar o auxílio de que necessitam.

Este serviço proporciona apoio na área da higiene pessoal e habitacional, fornecem a alimentação diária, proporcionam o serviço de lavagem e tratamento de roupa e apoio social aos utentes.

Este tipo de apoio contribui para fixar o idoso no seu meio e no seu lar, evitando que se desliguem do seu espaço e tudo aquilo que envolve.

Centro Infantil Espinho

A gestão do Centro Infantil Espinho II, cujo estabelecimento é propriedade do Instituto da Segurança Social, está a cargo da Santa Casa da Misericórdia de Espinho. Embora conscientes da necessidade de algumas obras de reabilitação das instalações, as quais estamos impedidos de realizar em virtude de o edifício não pertencer à nossa Instituição, consideramos que o nível de ensino e acompanhamento de 133 crianças (capacidade máxima), 58 na creche e 75 no pré-escolar, tem permitido bons resultados, como o comprova a procura de que é alvo por parte das famílias do Concelho.

Programa Incorpora

Na sequência da parceria estabelecida através do Programa Incorpora com a Fundação “la Caixa”, foi criada o serviço com a finalidade de ajudarmos a mitigar as necessidades de emprego da população mais vulnerável do concelho, nomeadamente as pessoas com deficiências, imigrantes, jovens ou mulheres vítimas de violência de género.

Trata-se de um projeto que facilita a inserção laboral dos coletivos em situação ou risco de exclusão social, mediante a formação, assessoria personalizada e o desenho de um itinerário laboral à medida de cada pessoa.

Com este projeto, pretendemos ajudar a ultrapassar as dificuldades de inserção laboral que têm muitas dessas pessoas através da intermediação entre as necessidades do tecido social e empresarial, para assegurar o êxito da inserção laboral dos beneficiários do programa na empresa.

COGE - Clínica da Santa Casa - Espinho

Estabelecimento construído em 1999, remodelado e ampliado em 2006/7, tem-se mantido como uma unidade de qualidade e prestígio, nas especialidades desenvolvidas, com destaque para as de obstetrícia, ginecologia, procriação medicamente assistida e pediatria.



Com uma capacidade de internamento adequada às áreas médicas para a qual foi concebida – 10 quartos -, dispõe de um bloco operatório devidamente apetrechado e de um laboratório de fertilização com bloco de ambulatório independente.

Unidade Residencial Sénior

Unidade criada para proporcionar à população sénior, com relativa capacidade financeira, para dar resposta a necessidades a nível de apoio adequado à sua idade, bem como, de convívio com outras pessoas do mesmo estrato social e cultural.

A aposta nesta área de atividade está inserida na política da Instituição, tendo em vista criar fontes de receita complementares para ajudar à sustentabilidade das respostas de carácter social e humanitária.

2.2. – Visão e Missão da Santa Casa da Misericórdia de Espinho

Visão

Com base nos princípios da fé católica que norteiam a atuação da Santa Casa da Misericórdia de Espinho, ansiamos por uma sociedade em contínua evolução, alicerçada nos valores da solidariedade, fraternidade e o respeito pela dignidade humana onde se cultive a alegria e a justiça, e se extinga a solidão e o sofrimento existentes.

Missão

Contribuir para a melhoria das condições de vida da sua população, trabalhando de forma integrada na Comunidade, criando e desenvolvendo serviços nas áreas social e da saúde adequados às necessidades das pessoas, promovendo a solidariedade, a qualidade de vida e a dignidade humana.

Valores

- Orientação para o cliente - superar as expectativas dos utentes através da prestação de serviços de valor acrescentado;
- Sustentabilidade - favorecer o desenvolvimento sustentado da organização baseada numa conduta transparente, social e eticamente responsável;
- Confiança - pautar a prestação do serviço da Instituição com compromisso, com a verdade e transparência na prática das suas ações;
- Ética - A conduta humana de cada colaborador é regida pelos princípios do Código de Ética e pelas linhas orientadoras de boas práticas baseadas no rigor, confidencialidade, privacidade e integridade;
- Equidade- Promover a todos a igualdade no acesso aos cuidados independentemente da condição social, económica ou religiosa;
- Qualidade e Eficiência- Apostar na qualidade dos serviços prestados sem descurar a eficiência e a sustentabilidade económica.



Política da Qualidade

A Santa Casa da Misericórdia de Espinho está empenhada em desenvolver um conjunto de medidas tendentes a satisfazer os anseios de todos aqueles com os quais interage e, como tal, decidiu adotar uma política da qualidade consentânea.

Neste sentido, pretende-se com a implementação do Sistema de Gestão Integrado:

- Aumentar o grau de satisfação dos nossos Utentes e públicos internos;
- Promover ações de formação, e incentivo à autoformação e aprendizagem ao longo da vida, dada a importância de dispormos de colaboradores informados e formados para seu desiderato de constante melhoria;
- Manter a atenção especial ao impacto ambiental das medidas/soluções adotadas (ex. racionalização energética, redução na produção de resíduos e promoção de uma cultura ambientalmente equilibrada);
- Defender a sustentabilidade da Instituição como um todo, nomeadamente, assegurar adequado equilíbrio económico/financeiro;
- Cumprir com os requisitos legais, éticos e deontológicos estabelecidos pelas entidades oficiais e reguladoras do exercício das atividades que desenvolvemos, sempre orientadas para a satisfação das necessidades e segurança dos utentes, de modo, a assegurar a melhoria contínua da eficácia do sistema de gestão da qualidade;
- Manter e desenvolver áreas de intersecção com a comunidade seja através de diversas iniciativas, a partilha da experiência de vida entre todos;
- Promover a melhoria contínua da prestação dos serviços, onde se inclui a adoção de melhores práticas, ao nível dos idosos, da infância e da saúde, de acordo com as necessidades e expectativas dos clientes;
- Desenvolver uma cultura de observação, avaliação, monitorização e planeamento ao nível do pessoal para uma prestação de serviços de elevada qualidade.

A Mesa Administrativa assume a responsabilidade de apoiar a implementação e liderança do Sistema de Gestão Integrado da Qualidade e Segurança Alimentar, segundo a Norma Portuguesa NP EN ISO 9001 e HACCP, com o objetivo claro de aumentar e confirmar a satisfação dos seus públicos internos e externos.



3. ORGÃOS ESTATUTÁRIOS

Os Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Espinho são compostos pelos seguintes elementos:

ÓRGÃOS SOCIAIS PARA O QUADRÉNIO 2020 A 2023

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Edgar Alves Ferreira
Vice-Presidente	Nuno Miguel Ferreira Morais
Secretário	Rui Pessoa de Sousa Gomes

DEFINITÓRIO

Presidente	Guy Alberto Correia Costa Viseu
Vice-Presidente	Maria Filomena Maia Gomes
Secretário	Joaquim Vasconcelos Ferreira
Suplente	Bernardo Coelho de Lacerda Machado

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor	Pedro Nelson Gonçalves de Sousa
Vice-Provedor	Carlos Alberto Castro Pinto Oliveira
Vice-Provedor	Cristina Helena Henriques Lopes Relvas
Tesoureiro	Sofia de Oliveira Ferreira
Tesoureiro-Adj.	Tiago Pais Amorim de Sousa
Secretario	Maria Fernanda Peres Borges Gomes
Vogal	Fernando Rogério Castro Ramos Pereira
Vogal	Susana Cristina Pardilhó Ferreira
Vogal	Júlio Ferreira Milheiro Nunes
Vogal	Ana Cristina Carvalhinho Alves Ribeiro
Vogal	Vítor Manuel da Costa Pinto Brandão
Suplente	Maria Eulália Guerra Gonçalves Cardoso
Suplente	Ricardo Manuel de Araújo Catarino



4. ACTIVIDADE DO ANO 2020

O ano de 2020 fica indelévelmente marcado pela pandemia da COVID-19 e pela forma como esta afetou profundamente a sociedade e a atividade económica a nível mundial e, em particular, da nossa instituição.

Contrariamente a 2019, verificamos que a taxa de ocupação das Respostas Sociais, desceu ligeiramente, o que, aliado ao encerramento temporário de algumas delas, determinado pelo agravamento da pandemia, provocou uma perda de receitas, ao nível da comparticipação dos utentes e familiares, na ordem dos 92 mil €.

Embora o ISS tenha promovido algumas medidas de apoio para atenuar o impacto daquela descida, nomeadamente, com o aumento de 5.5% do valor das comparticipações (2 pp acima do previsto) e mantendo até outubro, o cálculo das comparticipações com base na frequência registada em fevereiro, mês anterior ao da declaração do Estado de Emergência em Portugal, tal não se mostrou suficiente para cobrir a totalidade da perda de receitas verificada. Na verdade, em consequência de tais apoios, registou-se um aumento da receita de 70 mil €, insuficiente para cobrir a totalidade da perda verificada.

Tal situação, e apesar do impacto negativo na tesouraria, não abalou o nosso empenho em garantir os recursos e meios necessários para proteger os utentes e funcionários dos efeitos da pandemia, tendo a instituição gasto nesta área mais de 132 mil euros.

Este esforço financeiro, aliado à observância das medidas instituídas nos nossos Planos de Contingência das diferentes valências, a determinação, esforço, abnegação e sacrifício de todos os colaboradores, foi fundamental para evitar, em todas elas, o registo de óbitos por COVID-19.

Em consequência desta situação de pandemia vivenciada, todas as atividades diárias realizadas regularmente, e aquelas que estavam previstas no plano para 2020, foram fortemente comprometidas, tendo sido muitas delas adaptadas à nova realidade e outras temporariamente suspensas, como foi o caso das ações coletivas nas áreas das atividades físicas, recreativas, lúdicas e religiosas, assegurando deste modo o isolamento dos utentes. Neste aspecto, há que destacar a capacidade dos colaboradores para desenvolver e realizar atividades alternativas e promover o contacto remoto dos utentes idosos com familiares e amigos, contribuindo assim para mitigar os efeitos físicos e mentais do isolamento.

A área da infância, não foi exceção. Embora tivesse sido obrigada, pela tutela, a encerrar temporariamente a Creche e o Pré-escolar, a nossa equipa de educadoras conseguiu acompanhar, através dos meios de comunicação à distância, as crianças e de realizar, ainda que condicionada, alguma atividade letiva.

O mesmo aconteceu com o Centro de Dia, que teve de encerrar durante vários meses. Não obstante, tal não impediu, que as Técnicas de Serviço Social fizessem o acompanhamento dos utentes, através de visitas às suas residências e remotamente, com recurso a telemóveis e outros meios de comunicação à distância.



Por outro lado, o SAD manteve-se em funcionamento ao longo de todo o ano ainda que, temporariamente, tenha suspenso certos serviços devido, no essencial, à infeção contraída por alguns utentes.

No que se refere ao Programa de Emergência Alimentar, o número de pessoas apoiadas durante o ano foi igual ao de 2019, tendo sido fornecido uma média de 34 refeições/dia.

Fruto da candidatura realizada ao Programa Incorpora, da Fundação “la Caixa”, criámos o gabinete de apoio ao emprego da população mais vulnerável do concelho, nomeadamente, a pessoas com deficiências, imigrantes, jovens ou mulheres vítimas de violência de género. Para o efeito, em finais do ano, um elemento da nossa equipa técnica foi destacado em exclusivo para implementação e execução do projeto, cujo funcionamento em pleno deverá ter início em 2021.

Ao nível da clínica COGE, as expectativas de aumento substancial da faturação, criadas em face à atividade verificada nos dois primeiros meses do ano, em especial o aumento do número de cirurgias e de atos da medicina de reprodução, foram goradas, com o surgimento da pandemia do COVID-19.

Ainda assim, e tendo em conta a suspensão temporária de alguns serviços (consultas, cirurgias e PMA), foi com alguma satisfação que assistimos a um aumento de 2,1 % do negócio, sendo certo, que esta taxa não foi superior, devido à imperiosa necessidade de obras e troca de equipamentos, realizadas na unidade da PMA para cumprimento das recomendações do CNPA.

Esperamos que, com o levantamento gradual do confinamento em 2021, a clínica assista a uma evolução muito favorável da sua atividade cirúrgica e da unidade da medicina de reprodução.

No que respeita à Unidade Residencial Sénior, a impossibilidade de admissão de novos clientes, devido às medidas impostas pela DGS, viu descer a sua taxa de ocupação, o que explica por si só a quebra de 5% na sua faturação. Tal situação, não impediu que continuássemos com a modernização progressiva das habitações / espaços comuns.

Conforme definido no Plano de Atividades para 2020, renovámos o certificado do sistema de gestão da qualidade, ISO9001:2015, da Unidade de Procriação Medicamente Assistida e consultas da COGE, assim como também, das valências Creche e Pré-escolar.

Uma das principais medidas preconizadas no Plano de Atividades para 2020, que consistia em iniciar as obras de requalificação de parte do edifício da ERPI, cuja primeira fase consistia na construção do novo edifício da lavandaria, não foi possível de concretizar em consequência da suspensão do concurso público lançado em fevereiro, face à imprevisibilidade da evolução da pandemia.

Este concurso público, foi relançado em junho e concluído em dezembro, com a adjudicação da obra à empresa ECON – ECO Construções Lda., cujos os trabalhos estão já a decorrer e deverão estar concluídos até final de outubro de 2021.

Ao abrigo das medidas promovidas pelo Governo para auxiliar as IPSS, suspendemos o reembolso da primeira prestação semestral ao FRSS, no valor de 26.250,00 €. Este empréstimo, que em 31 de dezembro 2020 ascendia a 131.250,00 €, deverá retomar o plano de reembolsos em junho do corrente ano.

Por outro lado, face aos efeitos da pandemia na liquidez da SCME e à possibilidade de vir a ser aprovada a nossa candidatura ao PARES 3, para apoio à execução da 2ª e 3ª fase de requalificação da



ERPI, contratualizamos em dezembro, um empréstimo de 500.000 € junto do Banco Montepio. Este financiamento, inserido no programa do Estado para apoio à tesouraria das IPSS durante a conjuntura pandémica, contempla um conjunto com condições especiais e vantajosas, nomeadamente ao nível da taxa de juros bonificada, isenções de comissões, prazo de reembolso de 6 anos e garantia prestada ao banco pela Norgarante.

Relativamente ao projeto do antigo edifício da Fosforeira Portuguesa, a Mesa Administrativa aguarda o desenvolvimento das propostas que recebeu ao longo do ano. Aquela que vier a ser considerada a melhor opção para o futuro da Instituição será oportunamente apresentada à Assembleia Geral para deliberação.

Em complemento aos factos supra relatados, passamos a prestar informação adicional relativamente aos mesmos, e a caracterizar de forma sucinta, os aspetos mais relevantes de outras atividades desenvolvidas ao longo do ano:

- a.) Após termos manifestado novamente à Tutela, a nossa disponibilidade para celebrar o novo acordo de comodato do edifício “Centro Infantil Espinho II”, onde funcionam as respostas da Creche e Pré-primária, registamos o interesse desta na sua concretização. Após análise da proposta de contrato, aguardamos o agendamento de uma reunião para ultimar alguns detalhes das suas cláusulas e, posteriormente, proceder a sua assinatura de modo a cumprir um dos requisitos para concorrer ao PARES, de modo a obtermos os fundos necessários para as obras de reabilitação do imóvel.
- b.) Ao longo do ano, continuamos com as obras de modernização da Unidade Residencial Sénior. Para o efeito, equipa da manutenção da SCME, com um investimento de 9.648 €, intervencionou 5 suites e o refeitório da unidade.
- c.) Em consequência das medidas de segurança e isolamento adotadas na ERPI, os serviços de enfermaria e consultório médico foram transferidos para novos espaços, resultantes da transformação de dois quartos do R/C em gabinetes. Os antigos gabinetes, que se encontravam no piso 1, foram convertidos em quartos. Para a realização destes trabalhos foram investidos 4.814 €.
- d.) O Concurso Público para a adjudicação da obra da primeira fase do projeto de requalificação da ERPI, que consiste na construção da nova lavandaria, foi relançado em junho, após ter sido suspenso em fevereiro devido à declaração do Estado de Emergência. Só duas empresas apresentaram propostas, tendo uma delas sido desclassificada por não cumprir os critérios estabelecidos no caderno de encargos. Por conseguinte, com base na recomendação do júri do concurso, foi adjudicada a obra à empresa ECON - ECO CONSTRUÇÃO, LDA., pelo preço de 663.965,02 €. Prevê-se que a obra esteja concluída até final de outubro de 2021 e que, os 358.792,60 € do programa comunitário de apoio NORTE2020, nos seja pago até final do ano.
- e.) No âmbito da Certificação segundo a Norma ISO9001:2015, foram concluídas no mês de outubro, com sucesso, as auditorias de acompanhamento da Unidade de Procriação Medicamente Assistida, Serviços de Consultas da COGE e das valências do Centro Infantil, designadamente, da Creche e Pré-escolar.



- f.) Ao nível das ações de promoção da nossa Instituição, foi concluído e publicado, no primeiro semestre, o novo site da SCME. Consideramos que será uma ótima ferramenta para divulgação de todas as respostas sociais, dos eventos e atividades realizadas e a realizar, assim como, o principal meio para publicar toda a informação legalmente exigida.
- g.) O surgimento da Pandemia, obrigou-nos tomar medidas urgentes para aumentar e garantir a qualidade do ar do laboratório e bloco da unidade de Procriação Medicamente Assistida, de modo a proteger mais eficazmente todo o material biológico, equipa técnica e utentes. Para o efeito, foi instalado um novo sistema de renovação e purificação do ar dos referidos espaços e substituídas duas câmaras de fluxo laminar, por câmaras de fluxo laminar vertical. O investimento realizado neste projeto ascendeu a 52.032 €.
- h.) A substituição da cobertura do prédio da Rua 14, e pintura das suas fachadas, iniciadas em 2019, foram concluídas no início do ano, o que implicou um investimento total de 18.906 €, dos quais, 6.406 € realizados no ano anterior.
- i.) Para o bloco operatório da clínica foi adquirida uma nova mesa operatória por 13.530 €, por impossibilidade de reparação da anterior.
- j.) A casa vizinha, com o número de porta 364 que pertencia à SCME, foi demolida e o terreno, após construção de um muro de contenção, está a ser anexado ao parque de estacionamento existente com ampliação da rampa de acesso e pavimentação com paralelos de granito. Esta obra, envolveu um investimento de 61.509,33 €.
- k.) No que respeita ao alargamento da convenção que temos com a ADSE, continuamos num impasse que se arrasta há 5 anos. Incompreensivelmente, esta entidade, tem ignorado todas as nossas missivas e tentativas de contactos para ultrapassar esta situação que condiciona fortemente o crescimento da produção da clínica, principalmente das especialidades cirúrgicas.
- m.) Para cumprimento das normas de prevenção e segurança contra incêndios, foi instalado, no equipamento de exaustão da cozinha do edifício sede, um sistema de extinção no valor total de 8.217,40 €.
- n.) Continuamos a aguardar o início do julgamento do processo instaurado em 2018 no Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, contra o Instituto da Segurança Social, para reclamar desta o pagamento de 407 mil euros, correspondente à totalidade dos valores devidos pela não atualização, durante vários anos, da comparticipação das respostas sociais Creche e Pré-escolar.
O acordo existente na altura, previa a atualização das referidas comparticipações, aquando da substituição de cada elemento destacado pelo CDSS de Aveiro, por novo elemento contratado pela SCME.
A nossa ação, entretanto, foi contestada e deduzida reconvenção no montante de 395 mil euros.
- o.) Em dezembro, alienamos, pelo preço de 16.080,99 €, a nossa quota parte, do direito de propriedade de 4 prédios que herdamos do falecido Irmão Benemérito e Mesário, Sr. Avelino Capela. Esta transação gerou uma mais valia de 14.239,50 €.



p.) Impacto da Pandemia na instituição

- a. Foram elaborados Planos de Contingência para as diferentes valências, os quais, com esforço de todos os colaboradores e investimento realizado, foram postos em prática e obedecidos com rigor, conseguindo deste modo evitar o registo de óbitos com a COVID-19. Os poucos casos de infeção detetados na ERPI e URS (todos contraídos no exterior), foram devidamente isolados e tratados internamente até à sua recuperação.
- b. Devido ao agravamento da pandemia, o Estado decretou o encerramento de algumas respostas sociais. As respostas Centro de Dia, Creche e Pré-escolar, foram encerradas, no dia 16 de março, tendo reaberto, a primeira, no 15 de agosto, a creche no dia 18 de maio e o pré-escolar no dia 1 de junho.
- Todos os utentes do Centro de Dia foram acompanhados durante o período de encerramento pelas Técnicas do Serviço Social, através de visitas regulares e contacto telefónicos e/ou outros meios de comunicação à distância.

Aqueles que não dispunham de qualquer apoio familiar, foi-lhes assegurado o fornecimento de refeições, auxílio na higiene pessoal e ajuda nas compras.

No caso das crianças, todas foram acompanhadas pelas educadoras, através de plataforma informática criada para o efeito.

- c. A Instituição não recorreu ao Lay-off para os trabalhadores das respostas sociais que foram temporariamente encerradas. Durante esse período, foram destacados para teletrabalho ou transferidos para a sede de modo a prestar apoio às equipas da ERPI e serviços comuns.
- d. Todas as respostas sociais, com exceção do Pré-escolar, viram descer ligeiramente o número médio de utentes, isto, sem considerarmos os meses em que estiveram encerrados.

Valência	Capacidade	Ocupação média		
		2020	2019	2018
Lar de Idosos	110	103	107	105
Centro de Dia	30	26	27	27
Apoio domiciliário	40	38	40	40
Centro Infantil - Creche	58	53	57	50
Centro Infantil - Pré-escolar	75	71	67	66

- e. Os efeitos da pandemia do COVID-19 foram transversais a todas as áreas de atividade da SCME. Para além da necessidade de alterar o layout de funcionamento e circuitos de circulação, para assegurar o isolamento dos utentes, foi necessário impor novas regras de comportamento e relacionamento social, adotar novos procedimentos e reforçar muitos outros, nomeadamente os de higiene/desinfeção e de proteção individual.

Tais medidas também tiveram forte impacto financeiro na nossa instituição. O aumento de gastos adicionais suportados para combater a pandemia, ultrapassou os 132 mil euros, dos quais 104 mil euros em EPI's, material de desinfeção e testes. De salientar, a grande escassez e especulação que houve nos preços ao longo do ano, que, em muitos casos ultrapassaram os 200% e 300% de aumento.

Quadro de despesas essenciais com o COVID-19



Descrição	2020
EPI's + Mat. desinfeção + Testes COVID 19	104 858,88 €
Gastos com Pessoal	23 197,97 €
Outros Gastos	4 757,00 €
Soma	132 813,85 €

Dada a falta de iniciativa/apoio do Estado para efetuar testes de rastreio da infeção nos utentes e colaboradores, a instituição viu-se forçada a adquirir, a expensas próprias, testes rápidos. No último trimestre do ano, gastámos neste tipo de material 6.175 euros.

- f. Ao nível dos Recursos Humanos, foi necessário recrutar temporariamente, uma média de 40 colaboradores ao abrigo do programa MAREESS do IEPF. Estes elementos foram de grande ajuda para suprir o aumento do absentismo - devido a baixas, isolamentos profiláticos e assistência à família - e reforçar as nossas equipas de cuidadores e dos serviços de apoio. A este respeito, a instituição, graças ao apoio do IEPF, dos 143.325 € gastos em remuneração e transporte, suportou apenas 23.198 €.
- g. Para fazer face ao aumento de todos os gastos que estávamos a suportar com a pandemia, fizemos um apelo à sociedade para nos apoiar. Em resposta, recebemos 10.200 € em numerário e vários contributos em espécie, distribuído pelas entidades identificadas no seguinte quadro:

DONATIVOS COVID-19

Em valor	
NOME	€
Maria Margarida de Almeida Balona Pinto	3 000 €
Ricardo Manuel Araujo Catarino	1 000 €
Maria Fernanda Borges Gomes	200 €
Álvaro Ferreira Loureiro	200 €
Avelino ferreira Loureiro Zenha	500 €
Edgar Alves Ferreira	2 500 €
António Rio Tinto Costa	100 €
Manuel Joaquim de Jesus Lopes	50 €
Fernando Álvaro Alves Sousa	50 €
Teresa Maria Vieira da Rocha	150 €
Miligram Design, Lda	150 €
Alfredo Fonseca	850 €
Américo Gomes Ferreira	100 €
Lúcia Manuela F. de Sousa Oliveira	850 €
Ofélia Sousa Pereira	500 €
	10 200 €

Em especie e serviços		
NOME	Descrição	Qd
For Demand, Lda	Vestiários	2 Unid
Transportes Pardieiro, Lda	Transporte - viseiras de Lisboa	1 Serv
Volkswagen Autoeuropa, Lda	Viseiras	75 Unid
Eurospuma, SA	Colchões	20 Unid
Napoleão Alves Oliveira	Prod. Alimentar - bacalhau	25 kg
JB Monteiro	Água Luso	10 Unid
S. C. Misericórdia de Macau	Máscaras	4000 Unid
Dr. Rogério Ramos	Luvas	1000 Unid
	Barrete mulher	90 Unid
Restaurante Manuel da Feira	Alcool	3 Unid
	Luvas de Vinil	100 Unid
	Capas para sapatos	300 Unid
	Máscaras	22 Unid
BLUAWAY - FRASA	Batas de proteção	10 Unid
Super Bock bebidas, S.A	Álcool gel	306 Unid
Escola profissional de Espinho	Viseiras	50 Unid
SOGRAPE	Viseiras	30 Unid
Grupo de cidadãos anónimos	Viseiras	50 Unid
Camara Municipal de Espinho	Luvas de Vinil	800 Unid
	Óculos	110 Unid
	Máscaras	320 Unid
	Batas de proteção	133 Unid
OLESIA - Indústria de Moldes, S.A.	Viseiras	40 Unid
Cofina media	Máscaras	1250 Unid
Filipe Coutinho	Fatos Completos	4 Unid
Enf.ª Margarida Vieira	Luvas	1 Emb
Espinho ONE / C.M.E.	Máscara Cirurgica /Luvas	400 Kits

- h. Ao nível do Estado, e em consequência da nossa candidatura ao programa Adaptar Social + do ISS, foi-nos atribuído por este organismo um subsídio de 7.928 € para a compra de EPI's.



Contas de Exploração

As variações mais significativas registadas nas contas de exploração da Instituição, são explicadas de seguida:

A. Ao nível dos rendimentos:

I. O total da rubrica de prestação de serviços de 2020 (3.138.326,02 euros), reflete uma descida de 2,55 % face a 2019 (-82,27mil euros) e de 0,63% abaixo do previsto no orçamento (-19,52 mil euros). A um nível mais desagregado desta conta, temos que, as maiores descidas foram registadas nas respostas sociais Creche -10,1 %; Centro de Dia -29,7%, ERPI -4,2 % e URS -5,0%. Nas duas primeiras respostas, a descida é justificada pelo encerramento das mesmas durante vários meses por imposição do governo.

Em sentido contrário da evolução acima citada temos a clínica, cuja faturação subiu 2,11%.

II. A comparticipação da Segurança Social, em termos globais, aumentou 6,30 %, ou seja, mais 70 mil euros. Tal evolução resulta do efeito combinado da medida de apoio do Estado, através do ISS, de manter, até outubro, o cálculo das comparticipações com base nas frequências registadas em fevereiro, isto é, do mês imediatamente anterior ao do início do confinamento, e ao aumento de 5,5 % da tabela de comparticipações (2,5% do acordo celebrado em 2019, mais 3% extraordinário devido à pandemia).

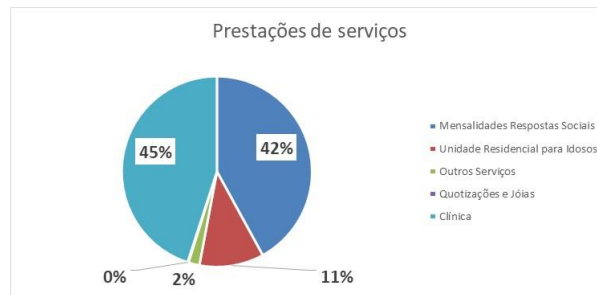
III. Ao nível da clínica, foram goradas as expectativas de forte crescimento baseadas na evolução nos números apurados nos dois primeiros meses do ano. A declaração do Estado de Emergência, devido a pandemia do COVID-19, obrigou-nos, a reduzir a atividade cirúrgica, com exceção dos partos e cesarianas, e da maioria das consultas. Acresce a tudo isto, a paragem da atividade da PMA, por 5 meses, 3 dos quais, para a realização das obras de instalação do novo sistema de ventilação/purificação do ar e substituição de duas câmaras de fluxo laminar.

Ainda assim, conseguimos registar no final do ano um crescimento na faturação de 2,11%, relativamente a 2019.

IV. A descida de 5% nas receitas da Unidade Residencial Sénior deveu-se exclusivamente à impossibilidade de admitir novos clientes, durante mais de 6 meses, devido às normas estabelecidas pela DGS para conter a pandemia.

	2020	2019	Var 2020/'19	2018	Var 2020/'18
Prestações de serviços	3 138,33	3 220,60	-2,6%	2 917,16	7,6%
Mensalidades Respostas Sociais	1 318,25	1 410,18	-6,5%	1 347,82	-2,2%
Unidade Residencial para Idosos	343,77	361,80	-5,0%	245,49	40,0%
Outros Serviços	58,79	56,69	3,7%	61,87	-5,0%
Quotizações e Jóias	5,20	8,81	-40,9%	8,50	-38,8%
Clínica	1 412,31	1 383,12	2,1%	1 253,48	12,7%

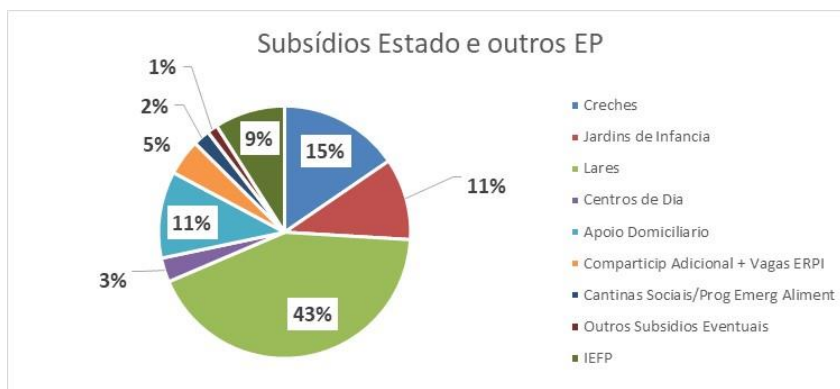
mil €



V. A conta de subsídios do Estado, inclui dois novos tipos de subsídios: um do ISS, no valor de 18.015 €, para compensar parte da remuneração paga aos funcionários que tiveram de faltar para assistência aos filhos nos períodos de confinamento e fecho dos estabelecimentos de ensino; e outro, de 120.127 €, do IEFP, devida pela contratação temporária de pessoal ao abrigo do programa MAREESS.

	2020	2019	Var 2020/'19	2018	Var 2020/'18
Subsídios Estado e outros EP	1 326,41	1 117,79	18,7%	1 106,78	19,8%
Creches	205,02	194,78	5,3%	189,43	8,2%
Jardins de Infancia	138,99	137,30	1,2%	143,57	-3,2%
Lares	565,79	523,47	8,1%	505,00	12,0%
Centros de Dia	41,24	35,13	17,4%	29,53	39,6%
Apoio Domiciliario	147,53	140,12	5,3%	136,40	8,2%
Comparticip Adicional + Vagas ERPI	61,34	59,36	3,3%	69,05	-11,2%
Cantinas Sociais/Prog Emerg Aliment	28,37	27,63	2,7%	33,80	-16,1%
Outros Subsídios Eventuais	18,02				
IEFP	120,13				

mil €



VI. Ao nível dos outros rendimentos, verificamos uma descida de 2,5 % devido à quebra de 50,7% na rubrica das mais-valias provenientes da alienação de bens imobiliários, já que em 2020 registámos 15 mil euros contra os 30 mil euros de 2019.



	2020	2019	Var 2020/'19	2018	Var 2020/'18
Outros rendimentos e ganhos	401,20	411,64	-2,5%	388,18	3,4%
Rendimentos suplementares	20,06	40,69	-50,7%	48,28	-58,4%
Descontos pronto pagamento obtidos	2,53	2,40	5,3%	2,52	0,3%
Rendas em propriedades de inv	180,11	177,77	1,3%	172,09	4,7%
Alienações	15,13	30,00	-49,6%		
Correcções de períodos anteriores	0,40				
Imputação subsídios p/ investimentos	44,98	44,99	0,0%	44,99	0,0%
Outros não especificados	137,98	115,79	19,2%	120,30	14,7%
Consignação de IRS	5,39	4,52	19,2%	5,56	-3,1%
Rend Liq Eventos Angariação Fundos				2,32	-100,0%
Donativos	50,59	18,11	179,4%	7,27	595,9%
Sector Residencial				1,86	-100,0%
Inspecção Geral de Jogos	80,61	86,05	-6,3%	94,96	-15,1%
Outros nao Especificados	1,39	7,11	-80,4%	8,33	-83,3%
Outros rendimentos e ganhos	3,67	5,10	-28,0%	1,84	99,6%

(mil €)

B. Ao nível dos gastos:

Em termos gerais, com exceção dos consumos e amortizações, as contas agregadoras de gastos não registaram desvios materialmente relevantes quando comparados com 2019 e no próprio orçamento.

No essencial, as contas de gastos que registaram as variações mais significativas foram as seguintes:

- I. Custo das matérias consumidas aumentou 21,5% (+144,89 mil euros) relativamente a 2019.

As principais subcontas de consumos que contribuíram fortemente para o considerável aumento, foram: Material Clínico (+32,8%), Hoteleiro (+191,3 %) e Outro Material (+27,5%), contas estas, onde foram contabilizadas o grosso dos gastos com material de proteção individual contra o COVID-19, testes e produtos de desinfeção.

	2020	2019	Var 2020/'19
Custo das matérias consumidas	817,32	672,44	21,5%
Generos Alimentares	352,97	326,76	8,0%
Material Clínico	352,91	265,69	32,8%
Material Hoteleiro	16,79	5,76	191,3%
Outro Material	94,66	74,22	27,5%

(mil €)

II. Ao nível dos FSE:

	2020	2019	Var 2020/'19	2018	Var 2020/'18
Fornecimentos e serviços externos	1 477,71	1 530,85	-3,5%	1 453,19	1,7%
Serviços especializados	1 197,00	1 218,32	-1,7%	1 115,94	7,3%
Materiais	44,61	41,17	8,4%	61,13	-27,0%
Energia e fluidos	138,68	152,27	-8,9%	164,78	-15,8%
Deslocações, estadas e transportes	18,95	35,36	-46,4%	23,04	-17,7%
Serviços diversos	78,46	83,73	-6,3%	88,30	-11,1%

(mil €)



III. Nos **Serviços Especializados** o desvio global de -1,7%, é explicado pela descida dos honorários pagos aos profissionais de saúde da clínica (-6,9%), e o aumento de 27,9%, daqueles que estão afetos a área social, neste último devido à necessidade de reforço das equipas de enfermeiros do quadro permanente e substituição temporária de outros.

IV. A rubrica **Deslocações, estadas e transportes**, registou forte quebra devido à suspensão do contrato de transporte, em consequência do encerramento temporário do Centro de Dia e confinamento da ERPI.

V. Ao nível dos Gastos com Pessoal:

a. Os **Gastos com Pessoal de 2020**, em comparação com 2019, aumentaram 3,71% (92,7 mil euros), mas, em relação ao orçamento, o desvio ficou em 1,4%.

De salientar que, no valor total desta conta, estão incluídos os gastos suportados com a contratação de trabalhadores temporários ao abrigo do programa MAREESS do IEFEP, do qual recebemos um subsídio de 120,1 mil euros. Estes trabalhadores foram recrutados para cobrir as baixas e ausência de colaboradores e para reforço das equipas dos serviços de comuns, tendo atingido em finais de dezembro, o número de 40 elementos.

Se em vez de lançarmos aquele subsídio na conta de receitas, o fizéssemos nesta conta, a taxa de aumento desta passaria a ser de -1,1% relativamente a 2019.

	2020	2019	Var 2020/'19
Gastos com pessoal	2 589,47	2 496,78	3,7%

(mil €)

b. O peso desta rubrica no total de gastos, continua a ser a mais elevada de todas, com 50,2 %.

C. Resultados

I. O resultado apurado em 2020, foi de -294.715,97 €, o que corresponde a um aumento dos prejuízos de 83.904,23 € relativamente a 2019, mas inferior em 16% ao orçamentado para o ano.

II. O **EBITDA** apurado em 2020 foi de -32.750 €, o que representa uma deterioração significativa (-64.176 €) quando comparado com os 31.426 € de 2019.

D. Ao nível dos investimentos:

I. Os investimentos e alienações mais relevantes, realizados em 2020 estão referenciados no seguinte quadro:



	2020
Investimentos Relevantes	165 226
Nova enfermaria e consultório médico ERPI	4 814
Sistema de exaustão da cozinha	8 217
Remodelação do refeitório da URS	2 975
Modernização da Unidade Residencial Sénior	9 648
Laboratório e bloco da PMA	52 032
Bloco - mesa operatória	13 530
Demolição de casa e novo parque estacionamento*	61 509
Substituição da cobertura do prédio da Rua 14	12 500

* em curso

	2020
Desinvestimentos	16 081
Alienação de quota parte de prédios	16 081

em €

Estes investimentos/desinvestimentos, foram já referenciados no relato da atividade realizada ao longo do presente documento.

E. Indicadores

Indicadores	2020	2019	Var 2020/'19	
Autonomia Financeira	81,0%	81,5%	-0,4%	(p.p.)
Fundo de Maneio	1 031,28	992,31	3,9%	(mil €)
Gastos Fixos/Gastos Totais (s/ pessoal)	27,4%	23,6%	3,8%	(p.p.)
Desvio Ponto crítico	-9,2%	-6,8%	-2,3%	(p.p.)
Prazo Médio de Pagamento	73,0	62,1	11	(dias)

Ao analisar a nossa estrutura de balanço, verificamos uma ligeira descida de 0,4 p.p. no indicador da autonomia financeira, mantendo ainda assim, um elevado nível de robustez (81,0%).

Por outro lado, o fundo de maneio melhorou em 2020, tendo aumentado 3,9 %, aumento este que podia ter-se revelado superior não fosse o efeito negativo dos resultados do exercício e investimentos realizados com recurso à liquidez existente.

A ponto crítico de exploração, agravou-se em 2,3 %, situando-se nos -9,2 % em consequência do ligeiro aumento do peso dos custos fixos de exploração (+ 3,8 %).

Por último, apesar de todas as contrariedades, reiteramos o compromisso de procurar adotar todas as medidas consideradas essenciais, no sentido de garantir a sustentabilidade da Instituição, apesar da grave conjuntura económica que o país atravessa.

A Mesa Administrativa



5. DONATIVOS

DONATIVOS RECEBIDOS

Entidade	Tipo de Donativos	
	Numerário	Espécie
António Rio Tinto Costa	100,00	
Rosário Alves Soares	20,00	
Maria Guiomar dos Santos Adrego Pinto	263,49	
António Amorim Balona	2 000,00	
Alberto Loureiro Macedo	5,00	
Ricardo Manuel Araújo Catarino	1 000,00	
Edgar Alves Ferreira	10 000,00	
Maria Fernanda Peres Borges Gomes	200,00	
Maria Margarida de Almeida Balona Pinto	1 000,00	
Álvaro Ferreira Loureiro	200,00	
Ofélia da Silva Vieira e Sousa Pereira	500,00	
Américo Gomes Fernandes Pereira	100,00	
Manuel Joaquim de Jesus Lopes	50,00	
Avelino Ferreira Loureiro Zenha	500,00	
Bernardino de Queiroz Alves	100,00	
Eurico Jorge da Silva Tavares	15,00	
José Rios	25,00	
Teresa Maria Viera da Rocha	150,00	
António de Oliveira Marques	13,00	
Napoleão Alves de Oliveira		141,63
José Adérito Andrade Vaz		194,78
Fernando Álvaro Alves Sousa	50,00	
Maria Paula Rodrigues Baptista Sousa	5,00	
Lúcia Manuela Frederico de Sousa Oliveira Fonseca	850,00	
Maria Adelaide Sá de Oliveira Ferreira	79,50	
Eurospuma, S.A.	500,00	
Modelo Continente Hipermercados S.A.		26 095,66
Volkswagen Autoeuropa, Lda		327,00
Miligram Design Lda	150,00	
Carvalho da Silva, Lda.	5 000,00	
COMO - Componentes de Mobiliário, Lda		487,08
Bluaway - Equip. Lar e Energia Renováveis, S.A.		162,60
For Demand, Lda		308,63
Total	22 875,99	27 717,38

6. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe que o resultado do exercício, no montante de -294.715,97 € seja transferido para a conta de resultados transitados.

Espinho, 14 de abril de 2021

A Mesa Administrativa

7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1- Balanço

Unidade monetária (€)

Código De Contas	Balanço	Nota	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO				
Ativo não corrente				
431-4319+433-4339+453-459	Ativos fixos tangíveis	3 - 5	3 937 875,81	3 994 381,81
44+454-459	Ativos intangíveis			3 219,86
41	Investimentos financeiros	6	19 077,19	14 685,66
			3 956 953,00	4 012 287,33
Ativo corrente				
32+33+34+35+36+39	Inventários	8	164 260,13	114 696,18
211+212-219	Créditos a receber		200 371,32	176 051,36
24	Estado e outros entes públicos	18.1	3 505,29	9 700,59
281	Diferimentos	18.2	6 960,52	11 184,74
232+238-239	Outros ativos correntes	5.d	566 002,96	290 211,74
+2721+278-279	Outros ativos financeiros	15.1	200 000,00	
14	Caixa e depósitos bancários	15.1	940 780,34	1 367 941,67
11+12+13				
			2 081 880,56	1 969 786,28
	Total do Ativo		6 038 833,56	5 982 073,61
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
51	Fundos	18.0	965 313,00	965 313,00
56	Resultados transitados	18.0	77 460,36	288 272,10
59	Outras variações nos fundos patrimoniais	18.0	4 145 221,12	3 830 461,21
		18.0	5 187 994,48	5 084 046,31
818	Resultado líquido do período		-294 715,97	-210 811,74
	Total dos Fundos Patrimoniais	18.0	4 893 278,51	4 873 234,57
PASSIVO				
Passivo não corrente				
25	Financiamentos obtidos	7	93 981,06	130 708,41
237+2711+2712+275	Outras contas a pagar		975,00	650,00
			94 956,06	131 358,41
Passivo corrente				
221+222+225	Fornecedores		164 822,59	135 569,84
24	Estado e outros entes públicos	18.1	116 596,52	132 842,58
25	Financiamentos obtidos	7	62 976,26	68 796,60
282+283	Diferimentos	18.2	21 388,06	28 565,38
231+238+2711+2712+2722+278	Outros Passivos correntes	18.3	684 815,56	611 706,23
			1 050 598,99	977 480,63
	Total do Passivo		1 145 555,05	1 108 839,04
	Total do Capital Próprio e do Passivo		6 038 833,56	5 982 073,61



2- Demonstração de Resultados Líquidos

Unidade monetária (€)

Código De Contas	Demonstração Dos Resultados Por Naturezas [Modelo Geral]		NOTAS	Período 2020	Período 2019
+71+72	Vendas e serviços prestados	+	9	3 138 326,02	3 220 600,31
+75	Subsídios, doações e legados à exploração	+	11.b	1 326 407,34	1 117 807,01
-61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	8	-817 323,50	-672 435,59
-62	Fornecimentos e serviços externos	-		-1 478 199,63	-1 530 851,10
-63	Gastos com pessoal	-	16	-2 589 469,21	-2 496 776,30
-651+7621	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+		-750,00	
+78(s/ 785) +791 (s/ 7915) +798	Outros rendimentos	+		404 874,03	416 841,30
-68(s/ 685)-6918-6928-6988	Outros gastos	-		-16 615,20	-23 760,13
	Resultado antes de depreciações, gastos de financ. e impostos	=		-32 750,15	31 425,50
-64+761	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+		-260 326,46	-240 853,36
	Resultado operacional (antes de gastos de financ. e impostos)	=		-293 076,61	-209 427,86
-6911-6921-6981	Juros e gastos similares suportados	-		-1 639,36	-1 383,88
811	Resultado antes de impostos	=		-294 715,97	-210 811,74
818	Resultado líquido do período	=		-294 715,97	-210 811,74



3- Demonstração Fluxos de Caixa

Unidade monetária (€)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes	+	3 781 652,92	3 274 182,49
Pagamentos de subsídios	-		
Pagamentos de apoios	-		
Pagamentos de bolsas	-		
Pagamentos a fornecedores	-	1 534 597,31	1 417 178,15
Pagamentos ao pessoal	-	1 871 416,98	1 774 639,88
Caixa gerada pelas operações	+/-	375 638,63	82 364,46
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+		
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	-986 025,05	-540 736,92
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1) +/-	-610 386,42	-458 372,46
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-		7 671,05
Ativos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-		
Outros ativos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+	197 206,68	240 151,18
Ativos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros ativos	+		
Subsídios ao investimento	+		
Juros e rendimentos similares	+	6 932,92	1 622,23
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2) +/-	204 139,60	234 102,36
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+		
Realização de fundos	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+	22 875,99	17 607,14
Outras operações de financiamento	+		62 500,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	43 079,05	75 635,54
Juros e gastos similares	-	711,45	1 360,05
Dividendos	-		
Reduções de fundos	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	-20 914,51	3 111,55
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	-427 161,33	-221 158,55
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	1 567 941,67	1 789 100,22
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	1 140 780,34	1 567 941,67



4- Demonstração Resultados por Valência

Código De Contas	Demonstração dos Resultados	Creche	Pré-Primaria	Lar	Centro de Dia
+71+72	Vendas e serviços prestados	96 153,01	118 219,32	1 001 519,52	50 453,32
+75	Subsídios, doações e legados à exploração	216 262,25	138 985,98	724 661,98	43 616,35
-61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-16 035,67	-32 870,74	-413 622,36	-14 449,98
-62	Fornecimentos e serviços externos	-28 930,32	-34 398,51	-253 638,81	-31 261,79
-63	Gastos com pessoal	-246 628,66	-187 479,60	-1 137 228,12	-108 562,41
-651+7621	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)			-750,00	
+78(s)/785)+791	Outros rendimentos e ganhos	5 067,72	5 082,00	19 165,08	20 545,76
-68(s)/685)-6918-	Outros gastos e perdas	-1 034,17	-907,67	-3 015,51	-247,79
	Resultado antes de depreciações, gastos de financ. e impostos	24 854,15	6 630,78	-62 908,22	-39 906,56
-64+761	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-2 140,46	-2 227,18	-16 902,03	-22 347,39
	Resultado operacional (antes de gastos de financ. e impostos)	22 713,70	4 403,61	-79 810,25	-62 253,94
-6911-6921-699	Juros e gastos similares suportados	-11,43	-18,47	-1 006,95	-42,57
818	Resultado líquido do período	22 702,27	4 385,14	-80 817,21	-62 296,51

Código De Contas	Demonstração dos Resultados	SAD	Emerg. Alim.	Atividade Não Social	Soma
+71+72	Vendas e serviços prestados	98 543,59		1 773 437,26	3 138 326,02
+75	Subsídios, doações e legados à exploração	153 406,94	28 365,00	21 108,84	1 326 407,34
-61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-66 322,04	-22 970,04	-251 052,66	-817 323,50
-62	Fornecimentos e serviços externos	-27 438,27	-520,40	-1 102 011,54	-1 478 199,63
-63	Gastos com pessoal	-176 276,89	-2 144,37	-731 149,15	-2 589 469,21
-651+7621	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)				-750,00
+78(s)/785)+791	Outros rendimentos e ganhos	13 187,97		341 825,50	404 874,03
-68(s)/685)-6918-	Outros gastos e perdas	-858,38	-23,00	-10 528,68	-16 615,20
	Resultado antes de depreciações, gastos de financ. e impostos	-5 757,09	2 707,20	41 629,57	-32 750,15
-64+761	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-2 263,49		-214 445,92	-260 326,46
	Resultado operacional (antes de gastos de financ. e impostos)	-8 020,58	2 707,20	-172 816,34	-293 076,61
-6911-6921-699	Juros e gastos similares suportados	-183,08		-376,86	-1 639,36
818	Resultado líquido do período	-8 203,66	2 707,20	-173 193,20	-294 715,97



8. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2020

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

- 1.1. **Designação da entidade:** SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESPINHO
- 1.2. **Sede:** Rua da Idanha nº 300, União de freguesias de Anta e Guetim, Concelho de Espinho
- 1.3. **NIPC:**500 951 527
- 1.4. **NISS:**20006315139
- 1.5. **Natureza da Atividade:** pessoa coletiva de direito canónico, ereta por decreto de 1987-05-26 de D. Júlio Tavares Rebimbas, Arcebispo-Bispo do Porto, e Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, registada, a título definitivo, na Direção Geral de Solidariedade e Segurança Social, desde 1982-06-04, no Livro n.º 1 das Irmandades das Misericórdias, sob o n.º 31/82, em conformidade com o disposto nos Estatutos das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Tem como atividade principal ação social para pessoas idosas, com e sem alojamento, e atividades estabelecimento de saúde com internamento
- 1.6. **Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.**

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2012, de 9 de Março de 2012, e que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho de 2010, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2016, de 2 de Junho.

Os instrumentos legais são os seguintes:

- Aviso n.º 6726-B/2012, de 14 de março de 2012 (NCRF-ESNL).
- Portaria n.º 105/2012, de 14 de março de 2012 (Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às ESNL).
- Portaria n.º 106/2012, de 14 de março de 2012 (Código de contas específico para às ESNL).

- 2.2. **Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido interrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**



No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

2.4. Não foram registados quaisquer erros cometidos segundo os PCGA anteriores.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESPINHO, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- b) As depreciações são efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com expectativa de afetação do desempenho.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

ATIVO FIXO TANGÍVEL	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	Entre 20 e 50 anos
Equipamento básico	Entre 4 e 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 e 6 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 3 e 8 anos

A vida útil e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gastos do exercício em que ocorrem.



Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessária ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela Instituição.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

LOCAÇÕES

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Não foi reconhecida nenhum ativo passível de ser enquadrado como propriedade de investimento.

IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

INVENTÁRIOS

Mercadorias e Matérias-Primas

As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo serão valorizadas ao custo médio. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.



RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data do relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

SUBSÍDIOS

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, são reconhecidos após existir segurança de que:

- A entidade cumprirá as condições a eles associadas;
- Os subsídios serão recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e subsequentemente imputados numa



base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretendem que eles compensem.

Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão de subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios recebíveis pela entidade como compensação por gastos incorridos num período anterior são reconhecidos como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Membros e outras dívidas de terceiros**

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu custo amortizado. Dado que não vencem juros e o seu prazo de vencimento é inferior a 12 meses, o efeito do desconto é considerado imaterial, pelo que nas presentes demonstrações financeiras o custo amortizado é substancialmente equivalente ao valor nominal.

As dívidas de terceiros são apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas de imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal a SCME tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como, informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos, ou ainda, a partir do momento em que a SCME tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondente à totalidade do crédito.

As outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal deduzidas por eventuais perdas por imparidade pois a SCME considera que o impacto que o critério do custo amortizado teria nas suas contas seria nulo.

- **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

Os saldos de fornecedores e outros terceiros respeitam à generalidade das aquisições de bens e serviços contratadas pela SCME no decurso normal da sua atividade e de acordo com as condições normais de mercado, que correspondem a um crédito de curto prazo.

As dívidas a terceiros são registadas pelo valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva.



Entendemos referir que as condições normais de mercado correspondem a um crédito de curto prazo, pelo que a SCME considera que o impacto que o critério do custo amortizado teria nas suas contas seria nulo.

O desreconhecimento das dívidas a terceiros só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Se o pagamento for devido de um ano ou menos, são classificadas com "Passivo Corrente", caso contrário, são classificadas como "Passivo Não Corrente".

- **Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, sendo expresso no balanço no passivo corrente ou não corrente, decorrente de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

- **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" e "Diferimentos".

- **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

- **Benefícios de empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios, subsídio de férias e de Natal.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo sempre pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se



reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

- **Eventos subsequentes**

Em janeiro de 2021 foi creditado, na conta da SCME do Banco Montepio, o valor do empréstimo de 500 000,00 €, contratualizado com aquela instituição financeira em dezembro de 2020.

3.2. Outras políticas contabilísticas

Não existem outras políticas contabilísticas para além das já expressas.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESPINHO.

3.4. Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuadas estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não foram realizadas alterações nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- b) As depreciações são efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com expectativa de afetação do desempenho.



Movimentos 2020

Descrição	01.01.2020	Adições	Reaval.	Alienações	Abates	Transf.	31.12.2020
Terrenos e recursos naturais	487 593,03	0,00	0,00	0,00	0,00	925 002,50	1 412 595,53
Edifícios e outras construções	5 913 249,35	0,00	0,00	0,00	0,00	973 852,93	6 887 102,28
Equipamento básico	2 395 539,54	61 754,77	0,00	0,00	0,00	4 634,57	2 461 928,88
Equipamento de transporte	153 878,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	153 878,70
Equipamentos administrativos	1 186 529,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 186 529,17
Outros ativos tangíveis	41 002,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41 002,91
Investimentos em curso - ativos fixos tangíveis	2 028 202,30	138 845,83	0,00	0,00	0,00	-1 903 490,00	263 558,13
Ativo tangível bruto	12 205 995,00	200 600,60	0,00	0,00	0,00	0,00	12 406 595,60
Depreciações acumuladas	8 211 613,19	257 106,60	0,00	0,00	0,00	0,00	8 468 719,79
Perdas por imparidade e reversões acumuladas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação acumulada	8 211 613,19	257 106,60	0,00	0,00	0,00	0,00	8 468 719,79
Ativo tangível líquido	3 994 381,81	-56 506,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 937 875,81

- d) O programa comunitário de apoio NORTE2020, financia em 358.792,60 € a obra da 1ª fase de requalificação da ERPI, que consiste na construção do edifício da nova lavandaria.

6. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Descrição	01.01.2020	Adições	Reaval.	Alienações	Abates	Transf.	31.12.2020
Outros ativos intangíveis	22 156,18						22 156,18
Ativo intangível bruto	22 156,18						22 156,18
Depreciações acumuladas	18 936,32	3 219,86					22 156,18
Perdas por imparidade e reversões acumuladas							
Depreciação acumulada	18 936,32	3 219,86					22 156,18
Ativo intangível líquido	3 219,86	-3 219,86					0,00

7. LOCAÇÕES

Locação financeira

- a) Quantia escriturada líquida à data do balanço:

Ativo fixo tangível	Ano aquisição	Valor aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Sistema Climatização	2018	55 042,50	15 595,38	39 447,12

- b) Total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Ativo fixo tangível	2020	...
Sistema de Climatização	10 476,26	15 231,06

A obrigação financeira por locação é garantida pela reserva de propriedade do bem locado.



Locação operacional

Não aplicável.

8. INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio como fórmula de custeio de Inventário Permanente.

A quantia de inventários reconhecida como um gasto em 31.12.2020 detalha-se como segue:

Movimentos	2020		2019	
	Mercadorias	Matérias-Primas subsid. e de consumo	Mercadorias	Matérias-Primas subsid. e de consumo
Saldo inicial		114 696,18		108 739,13
Compras		876 368,94		685 981,84
Regularização de existências		-9 481,49		-7 589,20
Saldo final		164 260,13		114 696,18
Gastos no exercício		817 323,50		672 435,59

9. RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito em 31.12.2020:

RÚBRICAS	2020	2019
Rendimentos		
Prestação de serviços	3 138 326,02	3 220 600,31
Subsídios, doações e leg. à exploração		
CRSS - Centro regional segurança social	1 206 280,42	1 117 807,01
I.E.F.P.	120 126,92	
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	20 060,74	40 687,19
Descontos de pronto pagamento obtidos	2 528,12	2 396,42
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	195 244,31	207 766,12
<i>Rendas e outros rendimentos em propriedades de inv</i>	<i>180 112,62</i>	<i>177 766,12</i>
<i>Alienações</i>	<i>15 131,69</i>	<i>30 000,00</i>
Correções relativas a períodos anteriores	403,47	
Imputação de subsídios para investimentos	44 982,00	44 985,00
Outros não especificados	137 983,39	115 803,19
<i>Consignação de IRS</i>	<i>5 388,81</i>	<i>4 521,45</i>
<i>Donativos</i>	<i>50 593,37</i>	<i>18 112,55</i>
<i>Inspeção Geral de Jogos</i>	<i>80 607,05</i>	<i>86 054,88</i>
<i>Micro Donativo - Dar a Dobrar</i>		<i>5,72</i>
<i>Outros não Especificados</i>	<i>1 394,16</i>	<i>7 108,59</i>
Proveitos e ganhos financeiros		
Juros obtidos	3 672,00	5 101,53
Outros rendimentos similares		101,85
Soma	4 869 607,39	4 755 248,62



10. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não aplicável.

11. SUBSÍDIO E OUTROS APOIOS

- a) Quantias dos subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequentemente imputado numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretendem que eles compensem:

Descrições	Ano início útil. Invest.	Valor total por entidade e empreend.º	Taxa deprec.	Valores anuais das depreciações				Valor liq. 31.12.2019	Movimentos no ano p/rendimentos	Valor liq. 31.12.2020
				1.º ao 3.º ano	4.º e 5.º ano	6.º ano	7.º ao 50.º ano			
SUBSÍDIOS PIDDAC										
Ampliação Edifício Lar Idosos	1996	119 711,49		2 394,23	2 394,23	2 394,23	5 985,57	11 971,15	5 985,57	5 985,58
Ampliação Edifício Lar Idosos	1997	74 819,68		1 496,39	1 496,39	1 496,39	3 740,98	8 978,36	3 740,98	5 237,38
Ampliação Edifício Lar Idosos	1998	74 819,68		1 496,39	1 496,39	1 496,39	3 740,98	10 474,76	3 740,98	6 733,78
Ampliação Edifício Lar Idosos	1999	263 275,52		5 265,51	5 265,51	5 265,51	13 163,78	42 124,08	13 163,78	28 960,30
OUTROS - Câmara Municipal de Espinho										
Ampliação Edifício Lar Idosos	1996	93 524,60		1 870,49	1 870,49	1 870,49	4 676,23	9 352,46	4 676,23	4 676,23
Ampliação Edifício Lar Idosos	1999	83 119,68		1 662,39	1 662,39	1 662,39	4 155,98	13 299,15	4 155,98	9 143,17
Ampliação Edifício Lar Idosos	2000	10 196,83		203,94	203,94	203,94	509,84	1 835,43	509,84	1 325,59
TOT. SUBS. Ampl. Edif Lar Idosos		719 467,48		14 389,34	14 389,34	14 389,34	35 973,36	98 035,39	35 973,37	62 062,01
INVESTIMENTO										
Ampliação Edifício Lar Idosos	1998	2 520 678,23	5,00%	50 413,56	50 413,56	50 413,56	126 033,91	352 894,95	126 033,91	226 861,04
TOTAL DO INVESTIM.		2 520 678,23		50 413,56	50 413,56	50 413,56	126 033,91	352 894,95	126 033,91	226 861,04
SUBS. NÃO REEMBOLSÁVEIS										
Comparticipação Estado Sistema Solar Térmico	2011	90 116,56		9 011,66	9 011,66	9 011,66	9 011,66	9 011,66	9 011,66	0,00
TOT. SUBS. PAINEIS SOLARES		90 116,56		9 011,66	9 011,66	9 011,66	9 011,66	9 011,66	9 011,66	0,00
INVESTIMENTO										
Painéis Solares	2011	140 510,62	10,00%	14 051,06	14 051,06	14 051,06	14 051,06	14 051,06	14 051,06	0,00

- b) Apoios recebidos no ano, dos contratos/protocolos existentes com organismos do Estado e registados como rendimentos:

Subsídios, doações e leg. à exploração	2020	2019
Subsídios Estado e outros entes públicos	1 326 407,34	1 117 807,01
<i>Creches</i>	205 019,36	194 778,99
<i>Pré-escolar</i>	138 985,98	137 298,48
<i>Lares</i>	627 122,73	582 833,91
<i>Centros de Dia</i>	41 236,76	35 133,00
<i>Apoio Domiciliário</i>	147 534,78	140 115,13
<i>Refeitórios/Cantinas Sociais/Prog. Emergência Alim.</i>	28 365,00	27 647,50
<i>Subsídios Eventuais</i>	18 015,81	
<i>I.E.F.P.</i>	120 126,92	



c) Principais doadores:

Entidades	2020			2019		
	Valor		%	Valor		%
	Em numerário	Em espécie		Em numerário	Em espécie	
Particulares	17 225,99	0,00	34,05%	9 212,57	0,00	50,86%
Empresas	5 650,00	27 717,38	65,95%	7 300,00	1 599,98	49,14%
Soma	22 875,99	27 717,38	100,00%	16 512,57	1 599,98	100,00%

12. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não aplicável.

13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Entre a data do balanço e a data da autorização para a emissão das demonstrações financeiras, conforme nota 20, não foram recebidas quaisquer informações acerca de alterações das condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

14. IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTO

Não aplicável.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras:

15.1. Caixa e depósitos bancários

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	25 286,63	4 839,04
Depósitos bancários	185 136,24	432 753,32
Outros depósitos bancários	730 357,47	930 349,31
Outros ativos financeiros	200 000,00	200 000,00
Total	1 140 780,34	1 567 941,67



16. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Gastos com o pessoal	31.12.2020	31.12.2019
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao pessoal	2 107 324,53	2 009 955,07
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	435 831,17	447 884,60
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	26 230,05	24 056,86
Gastos de Ação Social		
Outros Gastos com o Pessoal	20 083,46	14 879,77
Total	2 589 469,21	2 496 776,30

A rubrica “outros gastos” inclui gastos com indemnizações por despedimento, medicina no trabalho, formação e seguro vida e acidentes pessoais.

Os órgãos diretivos, não remunerados, são constituídos por:

Órgãos diretivos	Nº de membros em 31.12.2020
Mesa Administrativa	
Provedor	1
Vice-Provedores	2
Secretários	1
Tesoureiros	2
Vogais	4
Suplentes	2
Conselho Fiscal - Definitório	
Presidente	1
Vice-Presidente	1
Secretários	1
Suplentes	1
Assembleia-Geral	
Presidente	1
Vice-Presidente	1
Secretários	1
Suplentes	3

17. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do Art.º 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo), declara-se que não existem dívidas em mora à Segurança Social.

Declara-se que não existem dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.



18. OUTRAS INFORMAÇÕES

Decomposição de outras contas:

18.0. Fundo Social

DESCRIÇÃO		Capital realizado	Reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO EM 01.01.2020	1	965 313,00	0,00	288 272,10	3 830 461,21	-210 811,74	4 873 234,57
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:	2						
<i>Doações</i>					949,31		949,31
<i>Out. alterações reconhecidas no Fundos Patrimoniais</i>					313 810,60		313 810,60
Aplicação do resultado do período anterior				-210 811,74		210 811,74	0,00
	1+2	965 313,00		77 460,36	4 145 221,12	0,00	5 187 994,48
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						-294 715,97	-294 715,97
POSIÇÃO EM 31.12.2020		965 313,00		77 460,36	4 145 221,12	-294 715,97	4 893 278,51

18.1. Estado e Outros Entes Públicos

Estado e outros entes públicos	31.12.2020	31.12.2019
Retenção de impostos sobre rendimentos	27 759,49	35 984,34
Imposto sobre o valor acrescentado (a restituir)	-3 505,29	-9 700,59
Contribuições para a segurança social	88 355,48	96 001,17
Fundos de Compensação	481,55	857,07
Total	113 091,23	123 141,99

18.2. Diferimentos

Diferimentos	31.12.2020	31.12.2019
Ativo Corrente		
Gastos a reconhecer		
Seguros	5 238,52	7 986,74
Outros gastos	1 722,00	3 198,00
Total	6 960,52	11 184,74
Passivo Corrente		
Rendimentos a reconhecer		
Unidade Residencial-Cedência Direitos Utilização	21 388,06	28 565,38
Total	21 388,06	28 565,38

18.3. Outros passivos correntes

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Clientes e utentes c/c	4 370,85	1 513,97
Remunerações a pagar*	0,00	17,80
Outras operações	48,00	48,00
Fornecedores de investimentos	23 868,63	2 161,97
Credores por acréscimos de gastos	384 060,20	368 136,51
Outros devedores e credores	272 467,88	239 827,95
Total	684 815,56	611 706,20



19. COVID-19

Conforme é do conhecimento geral, desde o início do ano de 2020 que o mundo foi assolado pela pandemia da COVID-19, com toda a sua influência na atividade económica e financeira, quer das empresas e entidades sem fins lucrativos quer das pessoas singulares.

Para a SCME essa influência acabou por ser impactante mas continuaremos a implementar medidas que procurem minimizar os efeitos na nossa atividade e que são determinadas tendo por base a melhor informação disponível a esta data, salientando-se, no entanto, a existência de um contexto de alguma incerteza associado à evolução futura da disseminação da Covid-19 e seus efeitos na economia nacional e internacional, e em especial quanto à sua duração até que a eventual imunidade de grupo seja alcançada.

20. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão em 14 de abril de 2021.

✂✂✂

Provedor

Vice-Provedor

Dr. Pedro Nelson G. de Sousa

Sr. Carlos Alberto C. Pinto de Oliveira

Administrador

Contabilista Certificado

Dr. José António Oliveira

Dr. Rui Monteiro (Nº 22127)



*Ações que transformam,
resultados que emocionam!*

